

A influência dos saberes indígenas na configuração simbólica da Cultura Sertaneja na atualidade

Fernanda Alves Da Silva Oliveira

Universidade Estadual de Goiás
Anápolis – Goiás – Brasil
fernandaalvys@hotmail.com

Poliene Soares Dos Santos Bicalho

Universidade Estadual de Goiás
Anápolis – Goiás – Brasil
poliene.soares@hotmail.com

Resumo: Considerando que a cultura sertaneja nasce da necessidade de adaptação em meio à fronteira, cercada de perigos e incômodos, lugar propício para a criação de um modo de vida particular, apontaremos ao longo deste artigo algumas características da cultura dos povos indígenas brasileiros, que podem ser revisitadas, na perspectiva de se compreender as raízes do que tem se denominado “Cultura Sertaneja no Cerrado”.

Palavras-chave: Indígenas; Cerrado; Cultura sertaneja.

Introdução

O objetivo deste texto é pensar as características da Cultura Sertaneja no presente, com o intuito de identificar e analisar as heranças da Cultura Indígena inerentes à mesma. O objetivo central é levantar algumas discussões historiográficas para que possamos refletir sobre a influência da cultura dos povos indígenas na configuração simbólica da Cultura Sertaneja na atualidade.

É interessante verificar que as raízes do que chamaremos nesse artigo de Cultura Sertaneja foi (e tem sido) estudado por inúmeros pesquisadores, permanecendo um tema de pesquisa atual, onde o sertão e o sertanejo assumem diferentes representações.

De acordo com Lícia Lippi Oliveira (2000, p. 69), “apresentar e discutir os diferentes significados que a palavra sertão assume no pensamento social brasileiro pode nos ajudar a entender os diversos caminhos da construção da nação”. Desse modo, a

autora procura demonstrar que são várias as leituras e avaliações existentes sobre o que seria o sertão, ora positivas, ora negativas:

As definições de sertão fazem referência a traços geográficos, demográficos e culturais: região agreste, semiárida, longe do litoral, distante de povoações ou de terras cultivadas, pouco povoada e onde predominam tradições e costumes antigos. Lugar inóspito, desconhecido, que proporciona uma vida difícil, mas habitada por pessoas fortíssimas. A força de seu habitante parece relacionada à capacidade de interagir com a natureza múltipla (OLIVEIRA, 2000, p. 70).

Oliveira (2000) assinala que no imaginário social brasileiro aparece a ideia de que não há um sertão, mas muitos sertões. Nessa linha de raciocínio, afirma que duas perspectivas na conotação de sertão podem ser identificadas com a tradição romântica e a realista¹. Dentre os historiadores que se dedicaram a identificar a influência dos indígenas na Cultura Sertaneja, convém destacar os trabalhos de Gilberto Freyre (1963) e Sérgio Buarque de Holanda (1975).

Em *Casa Grande e Senzala* (1963), uma das obras mais importantes de Freyre, há uma análise interessante sobre a influência do indígena na família brasileira, em que elementos culturais da cultura sertaneja são descritos como herança dos povos indígenas, característicos do contato do português com os povos indígenas nos primeiros anos da colonização, e mais enfaticamente no advento das Entradas.

Sobre as Entradas, é conveniente abordar outro historiador, Sérgio Buarque de Holanda, que, em *Caminhos e Fronteiras* (1975), faz uma reflexão sobre a importância e a influência que os indígenas tiveram para o sucesso das Bandeiras; e, conseqüentemente, na conformação da cultura sertaneja, que, como veremos adiante, sobrevive à modernização em pleno século XXI. Holanda (1975, p. 18) nos diz que a influência indígena

insiste em sobreviver em terra onde foram assíduas a comunicação e a mestiçagem com o gentio. Influência que viria a animar, senão tornar possíveis as grandes empresas bandeirantes. Sabemos como era manifesta nesses conquistadores a marca do chamado selvagem, da raça conquistada. Em seu caso ela não representa uma herança desprezível e que deva ser dissipada ou oculta, não é um traço negativo e que cumpre superar; constitui, ao contrário, elemento fecundo e positivo, capaz de estabelecer poderosos vínculos entre o invasor e a nova terra. O retrocesso a condições mais primitivas, a cada novo contato com a selva e com o habitante da selva, é uma etapa necessária nesse feliz processo de aclimação. Sem ela não poderíamos conceber facilmente muitos daqueles sertanejos audazes, que chegaram a aclamar um rei de sua casta e dos quais dizia certo governador português, que formavam uma república de per si, desdenhosas das leis humanas e divinas.

¹ Na perspectiva romântica, o sertanejo aparece como símbolo da nacionalidade pelo seu admirável modo de vida, caracterizado pela destreza e simplicidade (...). Na perspectiva realista o sertão passa a ser visto como um problema para a nação e se opõe à urbanidade do litoral (OLIVEIRA, 2000, p. 71).

Desta forma, Holanda (1976, p. 20) afirma também em *Monções* que:

Só muito aos poucos, embora com extraordinária consistência, consegue o europeu implantar, num país estranho, algumas formas de vida, que já lhe eram familiares no Velho Mundo. Com a consistência do couro, não a do ferro ou do bronze, dobrando-se, ajustando-se, amoldando-se a todas as asperezas do meio.

A influência indígena se fazia no adentramento do sertão por terra e também por meio das monções difundidas no século XVIII, que corroboraram com a obra iniciada pelas bandeiras, assegurando a posse de milhões de quilômetros quadrados. De acordo com Holanda (1975, p. 170), “a técnica de navegação fluvial adotada durante a época das monções conserva praticamente inata a tradição indígena. No fabrico das canoas, na escolha do material de construção, no próprio sistema de navegação, pode-se dizer que é nula a influência europeia”.

Se para esses autores é indiscutível a importância que os indígenas tiveram nos primeiros anos da colonização e, posteriormente, com a conquista e povoamento do sertão, na mesma perspectiva foram surgindo outros trabalhos que nos fazem refletir sobre as características da cultura indígena, que foram descritos como aqueles que ora contribuíram, ora foram tidos como verdadeiros entraves à ocupação e desenvolvimento do sertão.

Tal cultura sobrevive ao tempo e está contida na cultura sertaneja, como salienta Chaveiro (2005, p. 53), ao afirmar que

[...] é necessário sintetizar que a modernização apesar de ser avassaladora e hegemônica não erradicou a tradição; e que essa embora resistindo não se impõe. Mesmo que não se imponha, ora converge, ora conflita, ora se adapta aos novos signos modernizantes. De tal modo que a modernização é incompleta, mas hegemônica; e que hegemônica ao relacionar com a tradição, possui especificidades que singularizam os lugares do cerrado goiano e reformula os símbolos que percorrem o cérebro do sertanejo.

É nesse sentido que se insere o diálogo desse artigo, resultando na intenção de revisitar algumas obras e lugares da história do Brasil que remetem ao sertão, a fim de identificar uma possível proximidade entre a cultura indígena e a sertaneja.

A Cultura Sertaneja no Cerrado

Não é possível entender uma cultura sem recorrer a sua historicidade. Nesse sentido, para refletir sobre a Cultura Sertaneja torna-se necessário compreender o ambiente em que ela se cria: o Cerrado². De acordo com Darci Ribeiro (1995), o Cerrado caracteriza-se por uma região de clima seco e vegetação pobre que conferia inúmeras dificuldades aos que nela habitavam. Segundo Paulo Bertran (1997, p. 19), “Esse conquistador é geralmente um guerreiro. Seus objetivos são, a um só tempo, fixos e aleatórios: descobrir minas, escravizar índios, caçar, bestar pelo mundo incógnito”.

Dessa forma, assim como o sertão nordestino, a descrição sobre os habitantes do Cerrado variou de sujeitos fortes e determinados à total aversão pelo modo de vida imposto pelo ambiente hostil, que possuía um tempo próprio, longe da influência política e econômica dos grandes centros. Paulo Bertran (1997, p. 20) afirma que o *cerratense* era:

Vagamente ateu, com inclinação às superstições, mais céptico do que fatalista, temente aos caprichos da Varia Fortuna, o cerradeiro ou cerratense é por excelência um homem barroco. Criado nos ocos sertanejos, acredita na liberdade, sua natural condição: daí a dificuldade em aceitar o trabalho de rotina ou qualquer trabalho, a menos que lhe acene a deusa romana da Varia Fortuna. Não tem preconceitos, como os terribilíssimos do universo nordestino de Gilberto Freyre. Em consequência é o povo mais miscigenado de negro do país e um em que, contraditoriamente, não há herança cultural marcadamente africana, devorada pelo barroquismo imperante.

Foram muitas as pesquisas que se propuseram a identificar a plasticidade cultural dos habitantes dos sertões, adaptados às intempéries do ambiente, como os indígenas, aptos à caça, atividade complacente com o ambiente hostil do Cerrado. Bertran (1997) argumenta que no Planalto Central era forte a presença indígena do grupo Jê, estes que foram vulgarizados na literatura do século XIX como os Ubirajara, os Timbira e os famosos Tapuia em contraposição aos Tupi do litoral.

Configurando a dicotomia entre sertão e litoral, tal como analisa Candice Vidal e Souza (1997), conclui-se que há uma heterogeneidade de narrativas sobre o tema, com obras de autores como Cassiano Ricardo, Oliveira Viana, Capistrano de Abreu, Nelson Werneck Sodré, Nestor Duarte, Raimundo Faoro, Martins de Almeida, Sérgio Buarque de Holanda, Euclides da Cunha, entre outros.

Euclides da Cunha (2010, p. 118), na obra *Os Sertões*, em sua interpretação do que seria o sertão e o sertanejo, afirma que “O sertanejo é, antes de tudo, um forte”, demarcando sua resistência frente a um clima e natureza de difícil adaptação. No sertão, na perspectiva deste autor, teria constituído do grupo de mestiços uma “sub-raça” com

² Para Paulo Bertran (1997, p. 19) o Cerrado compreende “todo o Centro-Oeste do país, e ainda profundas inserções em São Paulo, Piauí, Bahia, Ceará, Maranhão, Rondônia, Pará, Amapá e em algo como metade de Minas Gerais”.

características próprias, basicamente de uma mistura de indígenas com bandeirantes paulistas. Cunha (2010) faz uma distinção entre mestiços e sertanejos, retomada por Márcia Capelari Naxara (1998, p. 81) ao afirmar que na obra de Euclides o sertanejo é visto como “fruto da miscigenação de antigos bandeirantes paulistas com os índios do sertão em oposição ao mulato do litoral, que tem ascendência negra”. Do sertanejo, por intermédio do isolamento ao qual estava condicionado, teria surgido uma “sub-raça” considerada superior ao mestiço do litoral.

A formação das bandeiras, que marca “a ultrapassagem dos limites impostos pelos acordos entre as coroas portuguesa e castelhana” (SOUZA, 1997, p. 41), constitui um novo projeto de nação, atuando também de forma a movimentar a economia paulista que estava em declínio. Darci Ribeiro (1995) analisa a importância dessa atividade para a economia paulista, destacando o apressamento dos indígenas para o comércio no litoral açucareiro como uma das alternativas econômicas para aqueles que ele chamou, no período, de “deserdados do Brasil”, por isso mesmo, aventureiros, dispostos a enfrentar os perigos impostos pelo sertão.

Sobre o tema, Jonh Manuel Monteiro (1994), que apresenta uma visão divergente da historiografia tradicional, afirma que o surgimento das bandeiras relaciona-se mais com o desenvolvimento da economia do planalto paulista³ do que à demanda por escravos no litoral açucareiro. Monteiro (1994) não nega o comércio de indígenas praticado pelos paulistas em outras capitanias, mas esclarece que esse comércio era restrito, portanto, não explicaria a lógica do empreendimento bandeirante. Para Monteiro (1994, p. 77), algumas evidências fazem crer que “o abastecimento dos engenhos foi um aspecto conscientemente distorcido pelos jesuítas da época, justamente porque fornecia elementos substantivos para seu pleito contra os paulistas”, e conclui afirmando que grande parte dos indígenas capturados foram, na verdade, integrados à economia florescente do planalto.

O modo de vida nos núcleos paulistas esteve intimamente influenciado pela cultura indígena, que também era de grande importância para a economia, sendo o indígena a mão de obra principal nas atividades econômicas. Existem algumas visões contraditórias sobre o resultado desse diálogo cultural estabelecido nos núcleos paulistas. Para Darci Ribeiro (1995, p. 365), por exemplo, desta relação teria surgido um modo de vida rude e pobre, resultado das

³O planalto paulista, por ser uma região que naturalmente oportunizava boas condições para o desenvolvimento econômico, foi uma das primeiras regiões a ser ocupada. Em 1553 surgiu a Vila de Santo André de Borba Campos, o primeiro aglomerado europeu e indígena. Fonte: http://www.aprenda450anos.com.br/450anos/vila_metropole/1-1_planalto_paulitano.asp

regressões sociais do processo deculturativo. Do tronco português, o paulista perdera a vida comunitária da vila, a disciplina patriarcal das sociedades agrárias tradicionais, o arado e a dieta baseada no trigo, no azeite e no vinho. Do tronco indígena, perdera a autonomia da aldeia igualitária, toda voltada para o provimento da própria subsistência, a igualdade do trato social de sociedades não estratificadas em classes, a solidariedade da família extensa, o virtuosismo de artesãos, cujo objetivo era viver ao ritmo em que os seus antepassados sempre viveram.

Ribeiro (1995) tem uma visão um tanto pessimista dessa relação intercultural, como mostra o trecho acima, opinião que é desconstruída por historiadores como Monteiro (1994) e Holanda (1975), que procuram demonstrar o surgimento de uma grande riqueza cultural, advinda dessas relações.

O sertão, cercado de promessas de “riqueza fácil” e ameaças que só poderiam ser enfrentadas por sujeitos aventureiros dispostos a desbravar uma natureza desconhecida, rodeados de ameaças provenientes de animais selvagens e peçonhentos, doenças e epidemias causadas por insetos, entre outras dificuldades, também o ataque dos temidos indígenas do Planalto Central. Os indígenas e mamelucos que integravam as bandeiras desenvolveram um papel fundamental. Em muitas bandeiras, eles chegavam a representar o triplo dos integrantes desses empreendimentos.

No final do século XVII, com a descoberta das minas auríferas, inicia-se um novo ciclo de ocupação do território do Cerrado, em volta das minas surgiram as primeiras casas e, posteriormente, vilas e cidades. Nesse ambiente foi possível estabelecer múltiplas relações sociais, baseadas na incorporação de elementos culturais diversos. Em confluência com as minas desencadeou-se o desenvolvimento de uma cultura erudita, paralela à Cultura Sertaneja, marcada pela ostentação característica do auge do período aurífero.

Mas o ouro não teve um período de longa duração, com sua decadência foi necessário reorientar os modos de produção, a fim de manter a configuração social desenvolvida até então. Com a produção agropecuária foi possível restabelecer a economia, mesmo que de forma menos lucrativa. Nesse cenário, houve o crescimento dos latifúndios em detrimento das pequenas propriedades, impossibilitando (mas não a impedindo de se (re) significar) em muito a reprodução da cultura tradicional sertaneja.

A pecuária foi determinante para restabelecer a economia após o fim da mineração em Goiás, pois, segundo Nasr Fayad Chaul (2011, p. 91), “proporcionou o desenvolvimento do mercado interno e serviu de base para a ascensão plena da agricultura”. No entanto, o autor se posiciona de forma crítica sobre a forma como foi construído, na historiografia, o discurso sobre a existência de um longo período de

decadência advinda do fim da mineração. Chaul alega que em Goiás não existe um legado expressivo deixado pelo período aurífero que justificasse esse discurso da forma como foi construído.

Essa discussão apresentada por Chaul (2001) é importante para entender a transição da produção agropecuária de subsistência para a produção em larga escala, que é característico não apenas de Goiás, mas no Cerrado de forma geral. Essa produção em larga escala se tornou possível mediante a modernização do sistema produtivo, principalmente o desenvolvimento dos meios de transporte.

De acordo com Caio Prado Junior (2007, p. 130), a agricultura é o “nervo econômico da civilização” brasileira, e conclui que foi por meio dela que se assegurou a ocupação e exploração da maior e melhor parte do território brasileiro, sendo a mineração apenas um parêntese de curta duração. No entanto, o autor assegura que só com a agricultura a colonização não teria penetrado no interior, tendo sido a mineração e a pecuária que tornaram possíveis este avanço⁴. É conveniente lembrar, embora não seja o objetivo central deste texto, que, segundo Caio Prado Junior (2007, p. 130), no final do Século XVIII o mercado para os produtos agrícolas das colônias se expandiu.

Para isso contribui particularmente o desenvolvimento considerável da população européia no correr do século XVIII; a par disso, o incremento das atividades econômicas e relações comerciais em todo o mundo, este prenúncio da nova era que se inaugura na segunda metade daquele século, a era da Revolução Industrial. Isto se reflete intensamente no mundo colonial. Seus mercados se alargam, seus produtos se valorizam. A importância do comércio colonial para os países da Europa, neste período, se manifesta nas lutas que em torno dele se ascendem. Todos os conflitos europeus, desde a guerra de Sucessão da Espanha, e inclusive as guerras napoleônicas, têm sempre, como *ultima ratio*, o problema colonial.

O mundo estava em processo de mudanças, as fronteiras e as distâncias diminuíram, intensificando o diálogo entre diversos povos pelo mundo afora, principalmente por motivações econômicas. Nesse contexto, as diferenças entre os povos passaram a ser tema de muitas teorias.

O sertão/sertanejo na historiografia

Refletir sobre o lugar do sertão/sertanejo na historiografia é importante para compreender o que está se tomando como Cultura Sertaneja na atualidade, uma vez que,

⁴ A mineração, devido ao seu valor considerável em pequenos volumes e peso, anulava o problema do transporte; e a pecuária, por não ser profundamente afetada pelos empecilhos ocasionados pela dificuldade do transporte, pois a gado se autotransportava (PRADO JUNIOR, 2001, p. 133).

em diferentes momentos, o sertão e o sertanejo figuraram de forma contraditória na historiografia. Em consonância com a ideia de que a discussão referente à história do Brasil, do povo e do progresso está sujeita a

uma longa história, repleta de silêncios e omissões, importantes para a compreensão das representações que fecundam, constituíram e permaneceram no imaginário a respeito do Brasileiro e do Brasil. (...) As representações que então se formularam a respeito da população brasileira foram alimentadas em diversas fontes, nascendo tanto das necessidades imediatas, como de construções culturais. Simultaneamente aos problemas enfrentados pela elite proprietária em seus interesses econômicos, houve todo um progresso de formação de uma sensibilidade cultural própria e do pensar a nacionalidade e a identidade do povo brasileiro. Esses dois caminhos correram paralelamente e se inter cruzaram em diversos momentos (NAXARA, 1998, p. 37).

Compartilhando com a ideia de que as transformações ocorridas no século XIX representaram um momento significativo para se pensar o imaginário do Brasil e do Brasileiro discutido por Márcia Regina Capelari Naxara (1998), propõe-se nesta parte do texto pensar como a discussão sobre o caráter racial e cultural se relaciona com a historiografia que se dedicou a delimitar o lugar do sertão e do sertanejo.

A questão sobre o que diferenciava um povo do outro passou por várias mudanças ao longo do tempo. Do século XVII ao XIX as transformações foram percebidas de seguinte forma por Naxara (1998, p. 41-42):

O século XVIII iluminista, ao tratar das diferenças existentes entre os diversos povos, tinha-as atribuído, primordialmente, a fatores culturais (o meio social, a história) e/ou a interferências do meio físico, ou seja, do ambiente natural em que diferentes culturas se desenvolveram. Essa perspectiva, no entanto, modificou em grande medida no século XIX, em favor da valorização racial como principal fator de diferenciação entre os povos, mesmo que levemos em consideração que os fatores relativos aos meios tenham continuado a exercer um peso considerável.

Desta forma, segundo Naxara (1998, p. 42), houve uma mudança de enfoque, que não ocorreu sem dificuldades, e que restabeleceu as ideias a respeito das raças e da sua influência no grau de civilização dos povos, com espaços para outras influências, “permanecendo um peso maior, via de regra, centrado nas diferenças de caráter racial, verificando-se um uso freqüente dessas ideias no domínio da política”.

Nesse cenário, ideias de progresso e evolução ganham um espaço crescente nos discursos políticos e se tornam categorias explicativas do desenvolvimento das sociedades. Nesse sentido, era necessário pensar a nação, saber o que era ser brasileiro e quais características culturais era conveniente valorizar, e não era possível fazer isso sem refletir sobre a origem do povo brasileiro.

Alvo de críticas negativas tanto da historiografia quanto da literatura, o modo de vida tradicional do sertanejo foi notado como empecilho para o desenvolvimento. Na literatura, por exemplo, surge a figura emblemática do Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, representando o que não era desejável, contraposto ao seu vizinho, que construiu riqueza devido ao trabalho empregado na terra, ao contrário do Jeca que tinha condições semelhantes, mas que não se utilizava da terra da mesma forma. Visto como o modelo de vida mais adequado a ser seguido, o vizinho é representado como a antítese do Jeca, condição que, entretanto, não era imutável, bastava uma atitude do Jeca para mudar aquela realidade.

O Jeca Tatu, no decorrer do texto, passa por uma mudança radical, influenciado por agentes externos, e se torna referência para outros “Caipiras” em igual situação. A situação do Jeca parece ser modificada quando ele se percebe como sujeito capaz de transformar a realidade por meio de sua força de vontade. Uma das principais mudanças ocorre no modo de produção, até então de subsistência, empregando técnicas primitivas de exploração da terra. Este foi aprimorado, com a inclusão de novas tecnologias, e direcionado para a produção em larga escala, objetivando o enriquecimento do Jeca Tatu.

O modo de vida baseado na cultura sertaneja tradicional, principalmente no século XIX, teve o seu desaparecimento anunciado. Previsões que, como veremos mais adiante, não se concretizaram. Na produção historiográfica e na literatura do século XX o sertanejo voltou a figurar como indivíduo resistente, contrariando as expectativas negativas lançadas sobre ele.

Nessas novas abordagens procurou-se dar ênfase ao nacional, problematizando os fatores que constituíam a identidade brasileira, como podemos observar em *O Brasil na América*: caracterização da formação brasileira, publicado pela primeira vez em 1929 por Manoel Bonfim (1997). Neste trabalho o autor faz uma interessante abordagem sobre a incorporação do gentio no Brasil destacando que os portugueses, logo no primeiro século da colonização, até por não haver muitas opções, empregaram largamente o trabalho indígena e assimilaram também muitos dos costumes destes. Sobre as línguas indígenas, por exemplo, o autor reforça que nos primeiros anos da colonização eram mais usadas que o português, e afirma que, “até hoje, (1929) o nosso falar guarda efeitos do que eles nos ensinaram na sua língua, e os guardará eternamente” (BONFIM, 1997, p.110), previsão plenamente acertada.

De acordo com Naxara (1998), Bonfim (1997) é um dos autores que dá maior peso à herança cultural na formação dos povos, legando ao caráter racial papel quase

insignificante, ainda que permanecesse ligado aos parâmetros explicativos do cientificismo da época. Desta forma, segundo a autora, o conceito fundamental, na teoria de Bonfim, “para explicar os diversos graus de desenvolvimento das sociedades e o atraso relativo da América Latina foi o parasitismo” (NAXARA, 1998, p. 98), e essa era uma condição patológica que deveria ser superada em benefício do progresso da nação.

Bonfim (1997, p. 167), ao procurar compreender a formação cultural do povo brasileiro, questiona as teorias de superioridade das raças puras adotadas até então, afirmando que essas pretensas teorias são características de um

mendelismo mal assimilado, e em que se afirma não poder formar-se raças estáveis, provindas de cruzamentos (disjunção mendeliana). Ora, tudo isso é teorização a rever. E, sem receio de desmentido valioso, pode-se admitir que o cruzamento, nos casos da população brasileira, em vez de ser um mal, é uma vantagem.

De acordo com Naxara (1998, p. 99), Bonfim alega que “a suposta inferioridade dos povos latino-americanos e, principalmente da parcela de população mestiça com índios e negros, que é apresentada como incapacitada para o progresso, teria por finalidade a simples justificação do exercício de dominação”.

Nesta perspectiva, nosso objetivo é demonstrar, ao longo deste texto, a partir das reflexões de pesquisadores como Gilberto Freyre (1963), Sérgio Buarque de Holanda (1975-1976) e John Manuel Monteiro (1994), que os povos indígenas tiveram grande importância na configuração socioespacial brasileira em diferentes momentos da história. Euclides da Cunha (2010) e Manoel Bonfim (1997) foram importantes para pensar as transformações adotadas com base no conceito de raça e, conseqüentemente, no caráter racial e cultural do sertanejo na historiografia.

Entendemos que das relações estabelecidas em meio à fronteira, da imbricação de várias formas de se visualizar a realidade inerente às diferenças culturais e étnicas entre indígenas e não indígenas teria originado o que denominamos neste texto de Cultura Sertaneja. Alvo de diversas transformações ao longo do tempo, muitos pesquisadores afirmaram que ela não sobreviveria à modernidade.

Na alma do Sertanejo sobrevive o Indígena

A cultura brasileira é prato cheio para inumeráveis debates e, especificamente o sertão, segundo Victor Leonardi (1996), foi local de diversos conflitos interétnicos, mas

também foi o lugar onde nasceu grande parte da cultura brasileira, em suas diferentes expressões regionais e locais. Para este autor, não se trata apenas das “instituições culturais, nem especificamente à arte, mas àquilo que poderíamos chamar de cultura íntima, que tem a ver com as formas de vida dentro da família e das relações de amizade no sertão” (LEONARDI, 1996, p. 307). Diante disso, conclui:

Muitas idéias, crenças e códigos comportamentais gerados na colônia ainda continuam presentes, no século XX. A industrialização não provocou o desaparecimento do sertão, embora muitos historiadores o tenham relegado ao mais completo esquecimento. Principalmente no que diz respeito à questão indígena (LEONARDI, 1996, p. 312).

Leonardi (1996), ao pesquisar sobre os viajantes que passaram pelo sertão no século XIX, como Emanuel Pohl, Spix e Martius, Henri Coudreau, entre outros, conclui que o brasileiro do interior era bom anfitrião e tratava bem seus hóspedes, sendo poucos os viajantes que se queixaram da acolhida. O homem do sertão, segundo o autor, conservava alguns hábitos que se perderam na cidade e, ao contrário do que se pensa, seu isolamento não o tornava ávido de comunicação. Desta forma, o sertanejo, mesmo sendo desconfiado e de poucas palavras, não era hostil ao contato, concluindo que o sertanejo tem sempre ouvidos para ouvir, embora fale pouco e tenha a “fala mansa”.

As características da cultura do sertanejo têm sido matéria de muitas pesquisas na atualidade, o que pressupõe que a mesma possui espaço de reprodução ainda em vigor na pós-modernidade. Eguimar Chaveiro (2005, p. 53) afirma que, no Cerrado, especificamente no “território goiano, os seus lugares, as suas paisagens e os seus símbolos passam por uma mutação profunda”, indicando que este território, na perspectiva de muitos pesquisadores, está sujeito a mudanças socioespaciais diversas, logo,

a força motriz dessa transformação é a modernização do território que teve início, em forma de projeto político, no final do século XIX, e se iniciou a partir da década de 30 com a construção de Goiânia, com a ferrovia mogiana(sic) e se estendeu nas décadas de 1970 como ponto de partida para a consolidação do Goiás atual (CHAVEIRO, 2005, p. 53).

Chaveiro (2005) defende, no entanto, que essa modernização não erradicou a tradição, mas afirma que, embora resistindo, ela não se impõe, coexistindo e se adaptando aos “novos signos modernizantes”. Nesse sentido, podemos falar da existência de uma tradição advinda da cultura sertaneja, cuja configuração detém forte influência da cultura

indígena em suas mais diversas características identitárias. Vale ressaltar que tal tradição advém de relações humanas complexas.

O estreitamento das relações entre sertanejos e indígenas resultou tanto em um convívio amistoso em muitos momentos, como também em diversos conflitos. As relações eram permeadas de interesses divergentes. José Maria Audrin (1963, p. 184), missionário francês da Ordem dos Dominicanos que viveu nos sertões do norte de Goiás (hoje Tocantins) e Pará no início do século XX, relata que “frequentes eram as desavenças, os atritos e as queixas recíprocas, capazes de ocasionar até lutas sangrentas”.

Nesses conflitos os indígenas, por suas condições materiais e culturais, obtinham pouca ou nenhuma chance de manter o domínio do território e dos interesses em disputa, pois as condições necessárias para esse fim eram (e em parte ainda são) assimétricas. Dessas relações, por vezes conflituosas, resultou uma associação significativa de valores culturais.

Sobre a familiaridade do Sertanejo com a natureza, bem como as formas de adaptação à modernidade, e a influência cultural dos indígenas, observamos a semelhança com a descrição do Caipira de Antônio Candido (1975), situado no Planalto paulista e em um contexto histórico bem particular, mas sua história se aproxima da história de outros brasileiros em situações semelhantes.

Candido (1975, p. 176) justifica a relação do Caipira com a natureza segundo uma tradição que advém do ajustamento relativo a um passado consolidado sob a influência indígena, e que vai se atenuando aos poucos, “à medida que os recursos técnicos se interpõem entre ambos, e que a subsistência não depende mais de maneira exclusiva do meio circundante”. Desse modo percebemos que, ao pesquisar o Caipira paulista em seu processo de adaptação à modernidade, principalmente em relação aos novos meios de produção, o autor conclui que todo o processo ocorre mediante avaliações das vantagens e desvantagens do mesmo frente ao modo de vida tradicional.

Nesse ambiente de constantes interferências no modo de vida tradicional é comum certo saudosismo, principalmente entre os mais velhos, pois estes, segundo Candido (1975), tiveram um contato mais assíduo com a vida tradicional e, desta forma, podem compará-la com o presente. No entanto, o autor conclui que é possível que esse saudosismo se manifeste também entre os jovens, por influência daqueles. Essas são questões interessantes, que nos permitem refletir sobre a própria passagem do tempo.

O Cerrado, de acordo com Márcia Pelá e Marcelo Rodrigues Mendonça (2010, p. 53), “até meados do século XX era considerado um bioma com solos pobres e improdutivos, vegetações deformadas e feias e o lugar dos tempos lentos, que deveriam ser transformados conforme as necessidades da modernidade”. No território goiano,

principalmente após a segunda metade do século XX, a modernização caracterizou muitas reconfigurações socioespaciais. Alteraram

não apenas as estruturas materiais - como o modo de produção, de trabalho e de serviços, mas também as estruturas imateriais. É a estrutura do tempo lento se misturando ao tempo rápido, em que tanto os migrantes do campo como os migrantes dos outros estados - além de implementarem e implantarem outra estrutura produtiva e de trabalho - transportam com eles, independentemente do lugar a ser ocupado, as suas práticas socioculturais e simbólicas, as suas memórias e dilemas, saudosismos e os seus modos de vida por meio dos quais nutrem suas visões de mundo. Por esta perspectiva pode-se dizer que não existe um processo desterritorializador completo e acabado (HAESBAERT, 2004), pois os sujeitos sociais não zeram a sua história, a sua memória, a sua cultura, os seus símbolos. Eles as carregam consigo e ao ocupar outros territórios, promovem adaptações, interações e integrações de suas práticas sócio-culturais e, de efeito, se reterritorializam e constituem novas teias (PELÁ; MENDONÇA, 2010, p. 57).

Com a modernização dos territórios cerradeiros, de acordo com Pelá e Mendonça (2010), apesar de ter promovido uma homogeneização espacial, ainda persistem práticas socioculturais repletas de símbolos rurais, tradicionais, modernos, que, imbrincados, constituem teias e tramas complexas. Configurando um espaço onde persiste “uma encruzilhada de tempos e é mosaico de territórios em disputa, onde se assiste a estratégias diversas dos setores hegemônicos do capital e as (Re) Existências” (PELÁ; MENDONÇA, 2010, p. 67).

Sob a perspectiva do senso comum, fala-se de forma esporádica da contribuição do índio para a cultura brasileira, onde são elencados vários elementos da culinária, utensílios domésticos e também costumes diários. Este tipo de abordagem é pertinente no sentido de que, realmente, muitos de nossos costumes estão diretamente relacionados à cultura indígena. No entanto, incorre-se ao erro, muitas vezes acriticamente, em supor a existência de uma homogeneidade cultural brasileira e/ou desprezar a diversidade cultural entre os povos indígenas nessas abordagens simplistas.

Esse tipo de análise, infelizmente, acaba sendo reproduzida até mesmo nas escolas, por meio dos livros didáticos ou, o que é pior, pelos professores. Embora não seja objetivo deste artigo discorrer sobre a forma como a história e a cultura indígena são trabalhadas nas escolas, acreditamos que seja conveniente assinalar que tais posturas devem ser evitadas, pois incorrem na reprodução de uma imagem simplista e estereotipada da identidade brasileira e da história e cultura dos povos indígenas de forma geral. Como procuramos assinalar no decorrer deste texto, o tema referente ao papel desempenhado pelos povos indígenas é complexo.

Considerações Finais

Bertran (1997), que fez uma discussão sobre a influência dos indígenas no território cerratense, por isso mesmo de importância particular nessa análise, foi precedido por outros pesquisadores que demonstraram que, apesar da modernidade característica do século XXI, é possível identificar, por meio de várias expressões culturais, reminiscências da Cultura Sertaneja mesmo nos centros urbanos.

Podemos conceber esta influência a partir de várias vertentes, como nas credences populares e em determinados objetos simbólicos, que desempenhariam funções relativas à proteção contra uma série de ameaças do meio natural, assim como também de ordem mística. A crença de que determinados objetos têm esta função, é certo, não se reduz unicamente a cultura indígena. No entanto, podemos enumerar, de acordo com a historiografia sobre a Cultura Sertaneja, vários ornamentos ou amuletos que foram assimilados da cultura indígena, nisso incluem partes do corpo de animais tidos como ferozes.

De acordo com Holanda (1975), dentes e unhas do jaguretê eram (e ainda são) frequentemente usados como ornamento entre os indígenas, e este costume foi assimilado pelos sertanejos logo nos primeiros contatos. O autor verificou a existência desses costumes entre os sertanejos ainda no século XX, quando escreveu a obra *Caminhos e Fronteiras* (1975). Mas não é preciso uma longa investigação para perceber amuletos feitos a partir de partes do corpo de alguns animais, prática que se mantém nos dias de hoje, mesmo que em menor frequência.

A medicina curativa do mundo sertanejo (baseada na utilização de plantas e rituais) está intimamente relacionada à cultura indígena, ao conhecimento de medicamentos provenientes do reino mineral, vegetal e animal; como também os procedimentos de prevenção ou cura, baseados em rezas, benzeduras, simpatias e feitiços. Para ilustrar, podemos mencionar os saberes tradicionais da cultura indígena, que incluem rituais de cura, prevenção e morte presididas por atores responsáveis pela medicina indígena (chamados de pajés e xamãs, entre outras denominações) que ficam encarregados de transmitir a tradição oralmente para as próximas gerações.

Mesmo com o advento da modernidade, como observou Chaveiro (2005), é possível perceber diversos hábitos baseados em crenças e superstições que fazem parte de uma tradição ainda em vigor. Crenças que, segundo o autor, se traduzem em reforço psicológico, como os hábitos de engolir peixes vivos para aprender a nadar, de colocar

folhas de arruda dentro da roupa para não cansar no jogo de futebol, entre outros mencionados pelo autor, que são transmitidos oralmente de geração a geração. De acordo com o mesmo:

É bastante provável que haja, em silêncio e individualmente, interrogações nas próprias crenças. Mas o trâmite coletivo exercido pela oralidade se ocupa em demonstrar os efeitos positivos das simpatias. Dessa maneira, o viés coletivo e a aceitação simbólica da crença ficam acima da interrogação silenciosa, não encontrando espaço para ser enunciada e pronunciada (CHAVEIRO, 2005, p. 58).

Além de um sistema riquíssimo de crenças e símbolos herdados da cultura indígena, uma série de hábitos, inclusive de higiene, é atribuída à influência dos povos indígenas. Freyre (1963) e Holanda (1995) ressaltam o costume do banho diário como influência dos indígenas, costume que, ao que parece, foi incorporado de forma ampla não só pela cultura sertaneja, mas pelos brasileiros de forma geral.

Outra característica da cultura tradicional sertaneja são as técnicas primitivas de exploração da terra, como a coivara, conhecida e utilizada pelos povos indígenas antes da colonização. De acordo com Holanda (1975), nas técnicas de cultivo a influência indígena foi determinante, vigorando apenas alguns instrumentos de origem europeia, como a enxada e a foice. Holanda (1975) descreve que existia uma dificuldade entre os produtores no Brasil em adaptar-se às técnicas da agricultura desenvolvidas na Europa, sendo as técnicas primitivas mais adequadas na maioria das situações.

Um bom exemplo é a utilização do arado que, logo, evidenciou que as terras brasileiras não respondiam da mesma maneira que na Europa ao seu uso. Verificou-se que eram necessários modelos que raspavam apenas a superfície do solo, o que diferia das técnicas adotadas na Europa e se assemelhava às técnicas indígenas, uma vez que a camada superficial era enriquecida de nutrientes orgânicos e microrganismos indispensáveis ao desenvolvimento das plantas cultivadas (HOLANDA, 1975, p. 247).

Portanto, as técnicas tradicionais, muitas vezes apresentadas como retrógradas pela historiografia tradicional ou como responsável pelo atraso econômico do Brasil, eram mantidas por que a utilização das mesmas tinha um cunho prático, relacionadas ao sofisticado conhecimento do território e da produtividade do solo, advindas dos saberes dos povos indígenas.

O saber indígena foi determinante para a sobrevivência em diversas situações cotidianas dos bandeirantes no Cerrado. Falar da Cultura Sertaneja sem nos remetermos a herança indígena é inconcebível. E nem é preciso muito tempo de observação para que

seja possível perceber que muitos dos símbolos e costumes dos sertanejos do século XXI estão diretamente relacionados aos saberes indígenas.

THE INFLUENCE OF INDIGENOUS KNOWLEDGE IN THE SYMBOLIC CONFIGURATION OF BACKCOUNTRY CULTURE TODAY

Abstract: Considering the backcountry culture born of the necessity of adaptation around the frontier fenced of dangers and tease, propitiated place to creation a particular life mode, we point along that article some characteristics of the culture of Brazilian indigenous people to can be revisited on the perspective of to comprehend the roots of to have called and, understood like Backcountry “Culture on Cerrado”.

Keywords: Indigenous; Cerrado; Backcountry Culture.

Referências

- ALDRIM, Francisco José Maria. Os Sertanejos e os índios. In: ALDRIM, Francisco José Maria. *Os sertanejos que eu conheci*. Coleção documentos brasileiros. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.
- BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central*. Brasília: Verano, 2000.
- BONFIM, Manoel. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades LTDA, 1975.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. 11 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- CHAUL, Nasr Fayad. Do berrante ao apito do trem. In: CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: UFG, 2001.
- CHAVEIRO, E. F. Símbolos das Paisagens do Cerrado Goiano. In: Maria Geralda de Almeida. (Org.). *Tantos Cerrados*. 1 ed. Goiânia - GO: Editora Vieira, 2005, v. 1, p. 47-62.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 12 ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Monções*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1975.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Visões do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEONARDI, Victor. História e Sertão. In: LEONARDI, Victor. *Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes na origem de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro 1870/1920*. São Paulo: Annablume, 1998.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Americanos: representação da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

PELÁ, Márcia; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Cerrado Goiano: encruzilhada de tempos e territórios em disputa. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis (Orgs.). *Cerrados: Perspectivas e Olhares*. Goiânia: Editora Vieira, 2010.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro*. 2 ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

SOUZA, Candice Vidal e. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

WEGNER, Robert. *A conquista do Oeste: A fronteira na obra de Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

SOBRE AS AUTORAS

Fernanda Alves Da Silva Oliveira é mestranda em Ciências Sociais e Humanidades: Territórios e Expressões Culturais do Cerrado (TECCER) pela Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Poliene Soares Dos Santos Bicalho é doutora em História pela Universidade de Brasília, Professora Titular da Universidade Estadual de Goiás.

Recebido em 29/08/2014

Aceito em 01/12/2014